1 Introdução

O trabalho policial tem sido um objeto de grande interesse em estudos de diferentes áreas do saber. No entanto, diferentemente de outras práticas profissionais, há restrições de acesso por questões de segurança e de dificuldade de acompanhamento da atuação policial. Talvez em função disso, são mais comuns pesquisas realizadas a partir de levantamentos do tipo *survey* e com foco na percepção do cidadão sobre um modelo de policiamento centrado no cumprimento da lei.

Neste trabalho, dirigimos nosso olhar para um novo modelo de policiamento introduzido em comunidades retomadas do tráfico na cidade do Rio de Janeiro e temos como foco a percepção do policial.

Como se sabe, ao longo dos anos 80 e 90, as taxas de homicídio no Rio de Janeiro atingiram valores próximos de 80 vítimas por 100.000 habitantes, e o varejo do narcotráfico se estruturou com base no controle territorial de comunidades carentes, fazendo com que a imagem de jovens com fuzis nessas áreas se tornasse corriqueira (CANO, coord., 2012:4).

Durante muito tempo, essas comunidades foram controladas pelo tráfico, e as incursões da polícia foram eventuais e marcadas também pela violência (CANO, idem:21). Tornou-se marca desse tipo de ação policial o uso do chamado “caveirão”, veículo blindado que recebeu esse apelido por ser utilizado pelos membros do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), em cujo símbolo há uma caveira.

Só na primeira década dos anos 2000, iniciou-se um programa de recuperação dos territórios ocupados por traficantes, que teve como um dos seus pilares o estabelecimento de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Trata-se da instalação de uma base física policial nas comunidades retomadas e num modelo de policiamento marcado pela presença de policiais com a dupla tarefa de fazer cumprir a lei e de buscar uma aproximação com a comunidade, renovando as relações polícia-cidadão.

De acordo com Pinc (2011), esse modelo de policiamento envolve um grande desafio para as UPPs, na medida em que as tarefas que são propostas aos policiais envolvem habilidades diversas. Para uma, eles estão mais preparados: a repressão do crime. Para outra, a de se aproximar do cidadão, obter o seu apoio para prevenir o crime, ainda não houve um tempo que favoreça um acúmulo de experiência. Soma-se a isso o fato de que o modelo de policiamento adotado em UPPs não é idêntico ao modelo clássico de policiamento comunitário.

Esse caráter aparentemente conflitante de ações e a diversidade de habilidades exigidas para atender às duas tarefas despertaram nosso interesse de investigação. Até que ponto o policial de UPP se vê capacitado para essas tarefas? Como ele percebe esse novo papel que lhe cabe? Como ele vê a prática da abordagem que pode levar qualquer morador a ser visto como suspeito? Até que ponto a comunidade reconhece o policial de UPP como uma nova polícia? Até que ponto essa comunidade está aberta a cooperar com o trabalho policial? Até que ponto polícia e comunidade estão abertas à construção de uma nova relação?

Em busca de algumas dessas respostas, propomos, na presente dissertação, investigar o modo como policiais de uma UPP percebem sua prática profissional. Para tanto, foram realizadas entrevistas com policiais que atuam numa grande UPP do Rio de Janeiro.

As perguntas que orientaram a pesquisa foram:

- i) Como o papel social de policial é construído e negociado nas entrevistas?
- ii) Como o policial percebe o olhar do(s) outro(s) sobre esse papel?

O objetivo geral deste trabalho é o de contribuir para o entendimento desse novo modelo de policiamento, a partir da percepção do próprio policial.

Para isso, propomos os seguintes objetivos intermediários:

- i) Identificar os atributos reivindicados pelos policiais para caracterizarem seu papel como policiais de UPPs;
- ii) Descrever o modo como os policiais veem o olhar do(s) outro(s) sobre seu papel.

No tocante à relevância deste trabalho, um primeiro aspecto a se destacar é o próprio objeto de pesquisa. Como afirma Cano (coord., 2012:5), “as UPPs estão ainda longe de estar consolidadas na literatura especializada”. Alguns dos estudos realizados têm pouca credibilidade porque “foram encomendados por instituições públicas ou privadas e respondem a um interesse específico ou a uma agenda política concreta” (CANO, idem), além de muitos consistirem em levantamentos nos quais foram ouvidos apenas os moradores das comunidades incluídas no projeto.

Nosso estudo, por sua vez, é parte de um campo de pesquisa mais amplo que se propõe a produzir conhecimento relevante para uma dada prática profissional. Em alinhamento com o projeto de pesquisa “Expertise Interacional e Práticas Profissionais”, desenvolvido pela Profa. Dra. Maria do Carmo Leite de Oliveira, com o apoio do CNPq, a motivação deste trabalho foi de natureza teórica e aplicada.

Em termos teóricos, pretendemos contribuir para o entendimento do que dificulta a relação polícia-comunidade. As pesquisas apontam, conforme Cano (idem:180), que “de forma geral, a relação entre vizinhos e policiais ainda está carregada de desconfiança, quando não de estereótipos mútuos fortemente negativos”. É fundamental investigarmos, portanto, em estudos de natureza qualitativa, o que dificulta uma relação de empatia entre policiais e moradores das comunidades pacificadas. Isso passa, sem dúvida, pela forma como os policiais compreendem o seu trabalho e inferem a percepção dos outros sobre esse trabalho. A presente pesquisa vem, assim, chamar a atenção para a importância de estudos orientados por uma visão de linguagem que possam revelar aspectos relacionados à comunicação e interação, questões centrais para o sucesso da implantação de UPPs.

Em termos aplicados, acreditamos que a pesquisa traz insumos que podem levar os responsáveis pela formação de agentes para atuar em UPPs a uma reflexão crítica sobre os conteúdos do curso e sobre a necessidade de elaborar estudos de caso que de fato preparem o policial para a realidade em que vão atuar. Do ponto de vista aplicado à comunicação institucional, a pesquisa chama a atenção também para a importância de ações que possam melhorar o diálogo entre

o mundo do policial e o mundo do morador de uma comunidade. Hoje esse diálogo é partido, como se pode ver a partir da análise aqui realizada.

Quanto à organização, o estudo se divide em sete capítulos. No segundo, fazemos uma breve revisão da literatura referente à relação policial-cidadão, à sua prática profissional e às UPPs. No terceiro, apresentamos o referencial teórico que orienta as análises realizadas. No capítulo quarto, apresentamos a metodologia que adotamos. No quinto, onde iniciamos a análise dos dados, temos como foco o olhar do policial sobre o seu papel. No sexto, contemplamos a percepção do policial sobre o olhar do(s) outro(s) acerca do seu trabalho. No último capítulo, onde se encontram as considerações finais, retomamos os resultados de pesquisa e esboçamos algumas conclusões.